

14 SET. 2016



Município de
Paços de Ferreira
Câmara Municipal

V/ Ref. S/ Comunicação

Req. 2420/
XIII/1ª-AL 19/07/2016

N/ Ref. Data

3025 12/09/2016

Exmo. Senhor

Jorge Costa, digno deputado pelo
Bloco de Esquerda junto da A.R..

Palácio de São Bento

1249-068 LISBOA

Assunto:

TARIFA SOCIAL NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA; RESPOSTA A INQUÉRITO.

Senhor Deputado:

Acuso a receção do V/requerimento de 2016/07/19, abaixo referenciado, registado nestes serviços sob o n.º CMPF 13241 em 2016/07/25, que mereceu a minha melhor atenção.

Relativamente aos esclarecimentos nele solicitados, cumpre informar V. Exa o seguinte:

1) O abastecimento de água, para consumo público, na área do Município de Paços de Ferreira é feito em baixa, através de um sistema que, sendo municipal, está, desde 06/07/2004, concessionado a uma empresa, de direito privado, hoje denominada AdPF – Águas de Paços de Ferreira, S.A., por contrato (escritura) celebrado em 30/06/2004;

2) O serviço é disponibilizado mediante pagamento das tarifas constantes do tarifário em vigor desde 2013 (doc. 1), estando os utentes isentos, desde finais de 2007, conforme deliberação municipal de 2007/11/19 (doc. 2) do pagamento de contrapartidas (preços/taxas e/ou tarifas) pela construção de ramais até 20 m e ligações à rede.

O tarifário em vigor divide o consumo por escalões e tipo de cliente, mas ainda não prevê tarifa social para cidadãos e famílias de rendimentos mais baixos. Para os clientes domésticos o primeiro escalão, de 1 a 4 m³, ascende a € 0,7. Tal preocupação social, com as famílias carenciadas e/ou numerosas, por indicação da Câmara Municipal, será tida em conta pela concessionária aquando da elaboração do novo tarifário e do novo regulamento de prestação dos serviços, no âmbito das negociações em curso, entre concedente e concessionária, para acordo do reequilíbrio económico-financeiro da concessão, processo este condicionado por pareceres prévios quer da ERSAR quer, futuramente, do Tribunal de Contas.

.../...

pfr_jleao

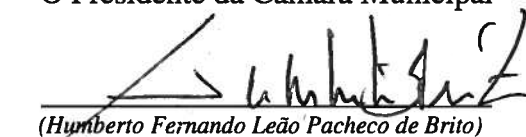
.../...

No entanto, a autarquia tem programas sociais direccionados às famílias carenciadas e/ou numerosas que, entre outras despesas familiares, cobrem a fatura da água.

3) Segundo informação prestada pela concessionária, reportada à data de 31 de Dezembro de 2015, entre os seus 16.104 clientes, existem 13.347 contratos domésticos de abastecimento de água, dos quais, pelas razões apontadas em 2), nenhum deles beneficia de uma tarifa social específica.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal



(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)

A) TARIFA DE VENDA DE ÁGUA

a.1.) Consumo Doméstico

1º Escalão (0 - 4 m³)	0,70 €
2º Escalão (5 - 15 m³)	1,42 €
3º Escalão (16 - 25 m³)	2,30 €
4º Escalão (mais de 25 m³)	3,76 €

a.2.) Consumo Industria e Fins Agrícolas

1º Escalão (0 - 15 m³)	1,55 €
2º Escalão (16 - 25 m³)	2,63 €
3º Escalão (mais de 25 m³)	3,62 €

a.3.) Consumo Restauração e Bebidas, Hotelaria, Médias e Grandes Superfícies Comerciais e Outros

1º Escalão (0 - 15 m³)	1,70 €
2º Escalão (16 - 25 m³)	2,88 €
3º Escalão (mais de 25 m³)	3,97 €

a.4.) Consumo Pequeno Comércio (lojas e escritórios)

1º Escalão (0 - 10 m³)	1,42 €
2º Escalão (mais de 10 m³)	2,88 €

a.5.) Consumo do Estado e Outras Pessoas de Direito Público

Escalão único	2,43 €
---------------	--------

a.6.) Consumos da Câmara Municipal

Escalão único	1,08 €
---------------	--------

a.7.) Instituições sem Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e Interesse Público

Escalão único	0,87 €
---------------	--------

a.8.) Ligações Provisórias

Escalão único	6,66 €
---------------	--------

B) TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

b.1.) Utentes Domésticos, Pequeno Comércio, C. Municipal, Inst. Sem Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e de Interesse Público, Estado e Outras Pessoas de Direito Público

Até 20 mm	7,56 €
25 mm	10,91 €
30 mm	21,82 €
40 mm	31,99 €
Maior que 40 mm	48,00 €

b.2.) Utentes Industriais, Fins Agrícolas, Restauração e Bebidas, Hotelaria, Grandes e Médias Superfícies Comerciais, Ligações Provisórias e Outros

Até 20 mm	11,87 €
25 mm	17,16 €
30 mm	34,38 €
40 mm	51,54 €
Maior que 40 mm	81,11 €

b.3.) Utentes Servidos não Ligados

Água	7,56 €
Saneamento	16,33 €

C) TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE SANEAMENTO

c.1.) Consumidores de Água

Utentes Domésticos, Pequeno Comércio, C. Municipal, Inst. S Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e de Interesse Público, Estado e Outras Pessoas de Direito Público

5,57 €

Utentes Industriais, Fins Agrícolas, Restauração e Bebidas, Hotelaria, Grandes e Médias Superfícies Comerciais, Ligações Provisórias e Outros

12,13 €

c.2.) Não Consumidores de Água

Utentes Domésticos, Pequeno Comércio, C. Municipal, Inst. S Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e de Interesse Público, Estado e Outras Pessoas de Direito Público

16,33 €

Utentes Industriais, Fins Agrícolas, Restauração e Bebidas, Hotelaria, Grandes e Médias Superfícies Comerciais, Ligações Provisórias e Outros

25,98 €

c.3.) Consumidores Ausentes ou sem Consumo de Água

Utentes Domésticos, Pequeno Comércio, C. Municipal, Inst. S Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e de Interesse Público, Estado e Outras Pessoas de Direito Público

16,33 €

Utentes Industriais, Fins Agrícolas, Restauração e Bebidas, Hotelaria, Grandes e Médias Superfícies Comerciais, Ligações Provisórias e Outros

25,98 €

D) TARIFA DE VARIÁVEL DE SANEAMENTO

Consumidores Indústria e Fins Agrícolas 1,19 €

Consumidores Comércio, Restauração e Bebidas, Hotelaria, Grandes e Médias Superfícies Comerciais 1,19 €

Utentes Domésticos e Instituições Sem Fins Lucrativos, Culturais, Desportivas e de Interesse Público 0,50 €

Outros Utentes 1,19 €

E) OUTRAS TARIFAS

e.1.) Água

Tarifa de Inspeção de habitação (por fogo e seus anexos)	75,04 €
Tarifa de Inspeção, comércio, indústria e serviços	148,78 €
Tarifa de inspeção - outras	92,69 €
Tarifa de restabelecimento	37,53 €
Tarifa de ligação	136,41 €
Tarifa de reaferição de contador	59,50 €
Tarifa de mudança de contrato por averbamento ou outro	17,17 €
Tarifa de instalação e mudança de contador	37,53 €

e.2.) Saneamento

Tarifa de Inspeção de habitação (por fogo e seus anexos)	75,04 €
Tarifa de Inspeção, comércio, indústria e serviços (200 m2 ou frac.)	148,78 €
Tarifa de Inspeção - outras	92,69 €
Tarifa de ligação para habitação	323,55 €
Tarifa de ligação para outros fins	933,50 €
Descargas de águas residuais no ecocentro	6,92 €
Tarifa limpeza de fossas ou colectores particulares (por carga ou frac.)	54,57 €

F) TARIFAS DE CONSTRUÇÃO DE RAMAIS

f.1.) Água

Diâmetro do Ramal	Até 4 metros	Metros suple.
Até 3/4"	786,03 €	137,21 €
1"	960,07 €	137,21 €
1"1/4	1.618,01 €	137,21 €
1"1/2	2.157,39 €	137,21 €
2"	3.365,55 €	137,21 €
Mais de 2"	4.854,20 €	137,21 €

f.2.) Saneamento

Diâmetro do Ramal		
Até 125 mm	985,35 €	103,73 €
140 mm	985,35 €	103,73 €
160 mm	985,35 €	103,73 €
200 mm	985,35 €	103,73 €
Mais de 200 mm	985,35 €	103,73 €



MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA
DA
REUNIÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

LOCAL : Sala de Sessões dos Paços do Município.

DATA : 19/11/2007

Hora de abertura da Reunião : 15:00h

A reunião iniciou-se com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO ALEXANDRE OLIVEIRA CARDOSO PINTO e os seguintes Vereadores:

DR. PAULO JORGE RODRIGUES FERREIRA

DR. MANUEL EUGÉNIO PINHEIRO MARTINS COELHO

DR. ANTÓNIO MANUEL MOREIRA COELHO

DR. ADELINO RICARDO MARTINS PEREIRA

DRA. MARIA ALICE GUIMARÃES COSTA RODRIGUES FERREIRA

O Senhor Vereador Dr. Joaquim Agostinho Moreira da Silva Pinto, não esteve presente na reunião por se encontrar doente. A Câmara Municipal considerou justificada a referida falta.-----

Participou na reunião o Senhor Chefe de Divisão do DOM, Engenheiro Manuel Abreu.-----



MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

- **Protocolo de gestão do Fundo de Equipamentos Sociais de Paços de Ferreira.**--
Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, o protocolo acima referido, proveniente da Presidência.-----

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar o teor do documento supra nos seus precisos termos.-----

- **Registo da marca “Capital do Móvel”.**-----

(Assunto não incluído na agenda de trabalhos)-----

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, o fax com o registo nº 11521, proveniente da empresa Furtado.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, (1) incluir este assunto na Ordem de Trabalhos da presente reunião; (2) também por unanimidade, aprovar o teor da informação supra, nos seus precisos termos.-----

- **Acordo de Cedência de um trato de terreno em Penamajor, entre o Município de Paços de Ferreira e a empresa Socolote – Imobiliária, S.A.**-----

(Assunto não incluído na agenda de trabalhos)-----

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, o Acordo de Cedência com o registo nº 11675, proveniente da Presidência.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, (1) incluir este assunto na Ordem de Trabalhos da presente reunião; (2) igualmente por unanimidade, aprovar o teor do Acordo supra, nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

- **Proposta apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal para a revisão do contrato de Água e Saneamento com a AGS, no âmbito de alteração legislativa.**--

(Assunto não incluído na agenda de trabalhos)-----



MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, a Proposta nº 20/2007 com o registo nº 3497, proveniente da Presidência.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, (1) incluir este assunto na Ordem de Trabalhos da presente reunião; (2) por maioria, com o voto contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar o teor da Proposta supra, nos seus precisos termos. -----

Em anexo, consta uma declaração de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista relativamente a este assunto.-----

Também em anexo, consta uma declaração emanada pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

2 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO JURÍDICO E FINANCEIRO

2.1 - DIVISÃO DE CONTENCIOSO E ASSESSORIA JURÍDICA

- **Processo de Contra-ordenação nº. 2199/06 imputado a “Gomes & Martins, Lda.” – Decisão de aplicação de coima.**-----

Foi presente à consideração da Câmara Municipal, o Processo de Contra Ordenação nº 2199/2006, proveniente do DCAJ/SCEF.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da propostas apresentada, nos seus precisos termos.-----

- **Processo de Contra-ordenação nº. 2613/06 imputado a “Paula Cristina Ferreira Gonçalves” – Decisão de aplicação de coima.**-----

Foi presente à consideração da Câmara Municipal, o Processo de Contra Ordenação nº 2613/2006, proveniente do DCAJ/SCEF.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da propostas apresentada, nos



MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento dos despachos por ele proferidos ao abrigo do disposto nos artigos 69º, nº 1 e 91º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e que são os constantes do edital que se anexa.-----

A Câmara tomou conhecimento do edital.-----

A anteceder o encerramento dos trabalhos, o Senhor Vereador Dr. Paulo Ferreira apresentou dois requerimentos, que se anexam, relativamente às obras em curso de delimitação de estacionamento na Av. Dr. Jaime Barros e relativamente ao funcionamento dos parcometros na Av. Tenente Leonardo Meireles.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que quanto ao parqueamento, esta é uma obra da competência exclusiva da junta de freguesia e justifica-se por vir a regularizar a situação; quanto aos parcometros, deu indicações para estes serem mais vigiados quanto à sua manutenção.-----

ENCERRAMENTO

Terminada a ordem de trabalhos pelas dezasseis horas e trinta minutos, foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade do Director de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte.-----

O Presidente da Câmara Municipal


Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto

O Director do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro


Dr. Carlos Alberto Soares de Castro

Proposta
20/2007

Presente a reunião de 19.11.2007

Água e Saneamento

Em 25 de Junho de 2002, 28 de Junho de 2002, 20 Setembro 2002, 27 de Setembro de 2002, 04 de Agosto de 2003 e 14 de Junho de 2004, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal decidiram, por unanimidade, avançar para a Concessão dos Serviços de Água e Saneamento.

Em 30 de Junho de 2004, o Município de Paços de Ferreira celebrou contrato com a AGS Paços de Ferreira, S.A., cujo texto foi aprovado em 14 de Junho de 2004, que visava a concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira, em consequência do concurso público internacional lançado pelo Município, ao qual a empresa em causa apresentou a proposta com valores de tarifário mais baixos.

Desde sempre foi assumido que os preços das ligações (ramais, tarifas de ligação, de inspecção e de instalação de contadores) eram altos e que tudo devia ser feito no sentido de os tornar mais adequados. Este tema fez parte das minhas declarações quando assumi a presidência. Este tema foi novamente objecto de compromisso na campanha eleitoral.

Desde a entrada em vigor da Concessão de Água e Saneamento foi possível aplicar, num primeiro momento, um desconto de 30% nas tarifas de construção de ramais a todos aqueles que efectivassem o contrato num prazo de 90 dias após notificação para o efeito, independentemente do prazo de pagamento. Para além disso, foi ainda possível obter uma modalidade de pagamento dos custos de ligação em prestações, sem juros, podendo atingir os 4 anos, ou seja, mais 3 anos do que aquilo que a Câmara antes autorizava.

Estas medidas, adoptadas em 2005, demonstram claramente a postura pró-activa e dinâmica com que o Município e a AGS Paços de Ferreira têm encarado a evolução da Concessão de Água e Saneamento.

Ainda assim, é público, e sempre o fizemos saber, que a Câmara Municipal não se resignaria aos elevados custos de ligação que ainda subsistiam.

Durante este ano, e porque os preços eram mais penalizadores no caso das moradias unifamiliares já existentes, uma vez que, no momento da sua construção, e por não existir, à época, rede pública de água e saneamento disponível, foi necessário fazer avultados investimentos em soluções próprias de captação de água (poço ou furo) e de recolha de águas residuais (fossa), decidiu a Câmara Municipal compartilhar



nos custos totais de ligação para estes casos, trazendo os encargos de 1.650 euros mais IVA, para 1.250 euros mais IVA.

Em simultâneo, a Câmara Municipal determinou também que o concessionário reduzisse em cerca de 50% as tarifas de inspecção de saneamento cobradas a indústria e a comércio.

Na mesma altura disse que haveria necessidade de procurar solução para novas reduções, mas que teríamos que aguardar as medidas governamentais enquadradoras do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013).

Foi publicado em Fevereiro deste ano o PEAASAR II, Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2007-2013.

Foi publicado em Outubro de 2007 o Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento, no âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território – Eixo II, que define as regras de acesso a Fundos Comunitários.

Está na forja o Regime Tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, cujo ante - projecto de Decreto-Lei aponta para a inexistência de pagamentos de ramais e outras tarifas que signifiquem acesso aos serviços e que determina que, para a água e saneamento, exista uma tarifa fixa pela disponibilidade de cada serviço e uma tarifa variável relativa ao consumo.

Define o referido ante-projecto no seu preâmbulo:

"...é em conformidade com o Direito Comunitário que a Lei da Água, a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, determina que o regime das tarifas dos serviços de águas assegure a tendencial recuperação do investimento inicial e de novos investimentos de expansão, modernização e substituição das infra-estruturas, que assegure a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos aos serviços bem como o pagamento de todos os encargos obrigatórios que lhes estejam associados, e que garanta a eficácia dos serviços num quadro de eficiência da utilização dos recursos. É também em conformidade com o Direito Comunitário que o Regime Geral da Gestão dos Resíduos, o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, estabelece um conjunto de instrumentos económicos e financeiros dirigidos à compensação tendencial dos custos sociais e ambientais que o produtor gera à comunidade ou dos benefícios que a comunidade lhe faculta. No mesmo sentido caminha também a nova Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, impondo que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de águas, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos garantam a cobertura dos custos directa e indirectamente suportados com a prestação desses mesmos serviços. O presente diploma



procura corresponder à exigência do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, que nos seus números 2 e 4 remete a disciplina dos tarifários e preços destes serviços para regulamentação autónoma que lhes dê enquadramento sólido.

O Regime Tarifário que agora se aprova visa, assim, harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a respectiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. Trata-se de um texto legal que se pretende constitua um primeiro passo na transição de uma prática tarifária algo casuística e reconhecidamente insustentável para uma prática que seja racionalmente fundamentada e condizente com as boas práticas na matéria.

O Regime Tarifário vincula todas as entidades, públicas ou privadas, gestoras de serviços públicos de águas e resíduos prestados a utilizadores finais, independentemente do seu modelo de gestão, bem como as entidades públicas responsáveis pela aprovação de tarifários aplicáveis na relação com os utilizadores finais. Face à multiplicidade de modelos de gestão existentes, aos diferentes estádios de desenvolvimento das entidades gestoras e às modificações de regime que agora se introduzem, considera-se que deve ser dado às entidades gestoras um prazo razoável de adaptação."

De acordo com o referido ante-projecto, a aplicação da política nele contida tem que ser implementada gradualmente, sendo que, no que se refere a pagamento de ligações, aplicar-se-á a partir de 01 de Janeiro de 2009.

Assim,

Considerando o atrás exposto;

Considerando que tem havido trabalho com o Concessionário no sentido da revisão do modelo económico-financeiro constante do Contrato que suporta a Concessão;

Considerando que têm existido reuniões com as Águas de Portugal para avaliar o modelo regional que se encontra plasmado no PEAASAR II;

Considerando a recente publicação do Regulamento dos Fundos Comunitários;



Considerando as novidades legislativas que se esperam a breve prazo, designadamente o Regime Tarifário Nacional;

Considerando que estamos numa fase de transição de Quadros de Fundos Comunitários, bem como de legislação de enquadramento que determina o acesso e aplicação;

Considerando que não faz sentido concretizar uma revisão/renegociação de contrato de concessão, que, por força de alterações legislativas, tenha que ser de novo alterado a curto prazo:

Proponho:

1 – Oficializar perante a AGS a recomendação de que faça constar na proposta de revisão do Contrato que irá apresentar, o respeito pelo referido ante-projecto de Regulamento Tarifário, ou seja, tratar as ligações a custo zero, sem imputação de custos ao utilizador final, desde que o ramal tenha até 20m;

2 – Oficializar perante a AGS que considere como receitas as verbas provenientes de Fundos Comunitários, ao abrigo do Regulamento Específico em vigor;

3 – Determinar que a AGS aplique a partir de 01 de Dezembro de 2007 a não cobrança de taxas e tarifas que contrariem o referido ante-projecto, que inclui a não cobrança de ramais e outras tarifas de ligação;

4 – Solicitar à AGS que informe a Câmara Municipal sobre os pagamentos efectuados pelos Municípios relativamente a taxas e tarifas de ligação, de forma desagregada, incluindo os contratos feitos mas sem a totalidade do pagamento concretizado. Pretende-se saber quanto é que a Câmara Municipal terá que devolver aos Municípios que pagaram. Dados preliminares apontam para 2,6 milhões de euros;

5 – Solicitar à AGS que elabore uma nova proposta de Regulamento de Serviços, para apreciação pela Câmara Municipal, considerando que a que foi presente a consulta pública não considera na totalidade o ante-projecto de Regime Tarifário Nacional;

6 – Formalizar, junto da Empresa Águas de Portugal, o pedido de estudo de eventual enquadramento de Paços de Ferreira na Empresa Regional que a ADP está a promover para o Norte de Portugal, por forma



a saber que impacto teria e em que condições, no sentido de permitir uma análise e decisão consequente por parte da Câmara Municipal.

De acordo com as reuniões que tenho realizado com a ADP, espera-se que em Março de 2008, haja dados que possibilitem uma eventual decisão sobre esta hipótese.

Só não teve conhecimento da evolução deste processo quem se negou a nele participar, mesmo e apesar de por mim convidado, quer em reuniões públicas (Câmara e Assembleia Municipal) quer em reuniões privadas.

Paços de Ferreira, 16 de Novembro de 2007

O Presidente da Câmara Municipal


(Pedro Oliveira Pinto)

DEFI - RAY 10

No passado dia 9 de Novembro, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, o Partido Socialista apresentou uma proposta em que é defendida a denúncia do contrato de concessão com a AGS e consequente criação de uma empresa municipal, com a valência de água e saneamento e também de recolha de lixo.

Nessa mesma sessão da Assembleia, o PS requereu a discussão e votação dessa proposta na próxima reunião daquele órgão, a realizar no mês de Dezembro.

Por parte do Presidente da Câmara Municipal foi referido que quer esta quer outras soluções iriam ser analisadas, sendo que posteriormente iria ser tomada uma decisão.

Face ao que sucedeu na reunião de Câmara do dia 19 de Novembro, com a apresentação, sem qualquer notificação prévia, de uma contraproposta da autoria do Sr. Presidente da Câmara e tendo em conta o PS entender que a denúncia do contrato de concessão com a AGS é a melhor solução para os pacenses e para o Município.

Os vereadores do PS sentiram-se na obrigação de apresentar, nesta reunião do executivo, para deliberação, a nossa proposta.

Proposta essa que oferece, no futuro, totais garantias em termos de cobertura integral do concelho de água e saneamento e uma política tarifária justa e solidária.

Nestes termos e por considerarmos a nossa proposta a melhor solução para o concelho, a apresentamos ao executivo municipal, rejeitando desta forma quaisquer remendos ao contrato de concessão, como é o caso da contraproposta da maioria PSD.



No que concerne à proposta da maioria PSD, trata-se mais uma vez, de uma negociação directa entre Pedro Pinto e a AGS, fundamentada num anteprojecto de lei que, como o próprio nome indica, é juridicamente inexistente.

No entanto, para se ser intelectual e politicamente honesto, conjuntamente com esta proposta deveria ter sido apresentado o novo tarifário que a AGS irá praticar.

Por forma a que todos percebam como e de que forma a empresa privada AGS irá recuperar as receitas que, com esta instrução tarifária dada pela autarquia, deixa de ter.

A contraproposta da maioria PSD é claramente a meio encontrado para tentar atenuar o largo descontentamento popular hoje existente no concelho e vem na sequência da maior manifestação alguma vez existente em Pacos de Ferreira.

O PS tem a absoluta convicção que, hoje, a única solução capaz de garantir a definitiva resolução da questão da água e saneamento, passa inevitavelmente pela denúncia do contrato de concessão.

Pois com esta decisão, a política tarifária estará exclusivamente dependente de deliberação da Câmara Municipal, a qual obviamente respeitará quaisquer decisões governamentais que entretanto sejam aprovadas.

Por último e face à contraproposta aprovada pela maioria PSD, aguardamos serenamente a segunda parte desta história, ou seja, aguardamos que dentro de pouco tempo os pacenses sejam informados do novo tarifário que aí vem.

Nestes termos, a seguir apresentamos a nossa proposta que, pelas razões atrás aduzidas, requeremos o seu agendamento e votação para a presente reunião do executivo.

Os vereadores,
Tudo bem,
[Assinaturas]

30
4768
4



31
53
M
↑

PROPOSTA

1º- A empresa AGS – Pacos de Ferreira não tem cumprido o contrato de concessão outorgado com a CMPE., designadamente a exigência de valores acima do tabelado, alegado deficit de receitas quando comparado com o caso base (ou seja, com o estudo económico que fundamentou a concessão), que implicou o aumento do tarifário em 2006 (com reflexo nos próximos 3 anos), sem que na nossa opinião a empresa tenha comprovado as razões porque não obteve as receitas previstas. Isto é, sem que tivesse afastado as suas próprias responsabilidades no deficit de valor cobrado, entre outras situações.

2º- Atendendo ao supra exposto, entendemos existir fundamento jurídico para o Município denunciar o contrato de concessão, o que desde já se requer.

3º- Na sequência da requerida denúncia, a rede de água e saneamento deverá passar para a autarquia.

4º- Sucede que, face à incapacidade financeira da CMPE em assumir os ónus resultantes desta denúncia, propõe-se a criação de uma empresa municipal, com a valência da água e saneamento, bem como da recolha do lixo, tendo em conta as alterações introduzidas pela Lei nº 53-F/2006

5º- Com a alteração legislativa promovida pela Lei atrás indicada, a empresa municipal a criar poderá obter recursos financeiros, via banca e fundos comunitários, capazes de permitir a conclusão da rede de água e saneamento, liquidar a indemnização à AGS e praticar uma política tarifária mais justa e solidária.



6º- Para além da valência da água e saneamento cessado que seja o contrato com a SUMA e tendo em conta o valor do serviço por esta empresa cobrado e o largo défice hoje existente, também este serviço deverá passar para a competência desta nova empresa municipal a criar efectuando parcerias com as próprias Juntas de Freguesia e desta forma evitando que a Câmara se veja forçada a aumentar de forma significativa as tarifas das esgarias e empresas hoje pagam por este serviço.

7º- Paralelamente, deverá ser extinta a recentemente criada PFR INVEST, cuja manutenção fica prejudicada face à necessidade de concentrar meios e recursos financeiros na nova empresa municipal ora proposta. A extinção desta recém criada PFR INVEST não inviabilizará a prossecução do desenvolvimento de políticas de ordenamento do território e a criação de zonas industriais, que deverão regressar à Câmara Municipal.

8º- No âmbito da criação desta empresa municipal, a Câmara Municipal deverá ainda enectar os devidos esforços de concretização de parcerias com as Águas de Portugal, tendo em conta que esta empresa pública irá avançar também para a rede, em baixa, de água e saneamento.

9º- Desta forma e tendo em conta as recentes alterações legislativas em termos de regulação financeira das empresas municipais, com a denúncia do contrato de concessão e a devolução da rede ao município, avançando a Câmara Municipal no sentido ora proposto, será possível aplicar uma política tarifária bem mais justa e razoável e prestar um melhor serviço aos cidadãos e empresas do concelho.

Dez. 1990

António Têrceiro

[Signature]

Declaração

No seguimento da declaração apresentada pelo Partido Socialista em reunião de Câmara no dia 19 de Novembro, sinto-me no dever de fazer as seguintes observações:

- 1- Em devido tempo e lugar (Assembleia Municipal), convidei o PS e o CDS, para acompanharem as negociações que estavam a decorrer. Recusaram. Na última Assembleia Municipal, o PS apresentou uma proposta para a criação de uma empresa municipal. Disse-lhes que deviam ter pertencido] à comissão e acompanhado os trabalhos que estavam a decorrer. Disse-lhes também que a hipótese da criação de uma empresa municipal já esteve em cima da mesa e foi descartada por ser das piores soluções. Manifestei abertura para a analisar se o PS quisesse acompanhar os processos e não obtive resposta.
- 2- Em relação à afirmação do PS, quando diz que a negociação com a empresa AGS foi uma negociação directa. É uma afirmação que caracteriza bem a política deste PS, cada vez mais anacrónica, à qual me vou habituando e ignorando.
- 3- O PS diz que o Presidente da Câmara, para ser intelectual e politicamente honesto, deveria apresentar o novo tarifário. Como devemos considerar então a proposta do PS que não revela os conteúdos da mesma? Nomeadamente, de que forma iriam rescindir o contrato com a AGS e garantir a sustentabilidade financeira do projecto de uma hipotética empresa municipal? Como iriam baixar os preços para 1000 euros e garantir a amortização do investimento?

